



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



GLEYSON WESLEY DUARTE

**ATUAÇÃO DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS EM OCORRÊNCIAS DE
GERENCIAMENTO DE CRISES: ATIRADORES DE PRECISÃO**

GOIÂNIA-GO

2025

GLEYSON WESLEY DUARTE

**ATUAÇÃO DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS EM OCORRÊNCIAS DE
GERENCIAMENTO DE CRISES: ATIRADORES DE PRECISÃO**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Esp. Márcio Antônio de Paula.

GOIÂNIA-GO

2025

ATUAÇÃO DO BATALHÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS EM OCORRÊNCIAS DE GERENCIAMENTO DE CRISES: ATIRADORES DE PRECISÃO

PERFORMANCE OF THE SPECIAL OPERATIONS BATTALION IN CRISIS MANAGEMENT OCCURRENCES: SNIPER SNIPER

Gleyson Wesley Duarte¹

Márcio Antônio de Paula²

Resumo

O presente estudo investigou a atuação dos atiradores de precisão policial (APP) do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) no gerenciamento de crises em operações de alta complexidade. O objetivo central foi compreender o papel estratégico desses profissionais em ocorrências críticas, com ênfase na neutralização de ameaças e preservação de vidas. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionário estruturado a 17 atiradores da unidade. Os resultados revelaram que a maioria dos APPs possui até um ano de experiência na função, evidenciando um processo de renovação do efetivo e fortalecimento da capacitação especializada. Verificou-se que esses profissionais apresentam elevado preparo técnico, emocional e ético, demonstrando consciência de sua responsabilidade tática. A maioria relatou sentir-se honrada por integrar o BOPE, destacando ainda a necessidade de maior reconhecimento institucional da função. Conclui-se que os APPs são essenciais para a eficácia das ações de gerenciamento de crises, sendo fundamental o investimento contínuo em treinamento, apoio psicológico e valorização dentro da estrutura operacional da PMGO.

Palavras-chave: Atirador de Precisão; BOPE; Gerenciamento de Crises; Segurança Pública; Polícia Militar.

Abstract

This study investigates the role of police precision snipers (APP) from the Special Operations Battalion (BOPE) of the Military Police of the State of Goiás (PMGO) in managing high-complexity crisis operations. The main objective was to understand the strategic role of these professionals in critical incidents, focusing on threat neutralization and life preservation. A qualitative approach was adopted, combining bibliographic review, document analysis, and a structured questionnaire administered to 17 unit snipers. Results showed that most APPs have up to one year of experience, indicating a renewal of the force and reinforcement of specialized training. These professionals demonstrated high levels of technical, emotional, and ethical preparation, with a strong awareness of their tactical responsibility. Most participants reported feeling honored to serve in BOPE, while also emphasizing the need for greater institutional recognition. The study concludes that APPs are crucial to the success of crisis management operations, highlighting the need for continuous investment in training, psychological support, and functional appreciation within PMGO's operational structure.

Keywords: May; The Force; Be with you.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: geleysonduarte69@gmail.com. Telefone: (62) 99326-8959.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física e Pós-graduado em Fisiologia do Exercício. Email: marcio.paula78@gmail.com. Telefone: (62) 98313-8355.

1 INTRODUÇÃO

A questão da segurança pública tem se tornado cada vez mais significativa no cenário nacional, recebendo ampla discussão em várias plataformas de mídia, redes sociais e entre especialistas, autoridades e a sociedade em geral. A gestão de crises representa uma área de estudo que tem relevância global, particularmente em situações críticas que necessitam de intervenção policial especializada. Este fator atrai atenção substancial da mídia, influenciam a estabilidade social e podem levar a consequências irreversíveis. Em razão disso, alguns estudos sugerem que as agências de aplicação da lei estão perpetuamente se esforçando para aprimorar suas teorias, técnicas, táticas e equipamentos para lidar efetivamente com essas circunstâncias.

Nesse sentido, atiradores de precisão policial (APP), também chamados de *snipers* ou atiradores de elite, são essenciais para garantir a segurança pública. Desse modo, oficiais treinados especificamente para essa função são utilizados em circunstâncias críticas como medida final, particularmente quando há uma ameaça direta ou indireta à vida dos indivíduos. Entretanto, é válido salientar que as responsabilidades desses profissionais exigem treinamento extensivo e prontidão psicológica para tomar decisões precisas e minimamente intrusivas, minimizando assim os riscos e danos colaterais.

Ainda nesta linha de raciocínio, a retrospectiva histórica histórica de atiradores de precisão com conflitos armados e o desenvolvimento de estratégias militares está bem estabelecida. Na aplicação da lei, sua importância se torna aparente durante operações conduzidas em áreas de alto risco, onde a existência de criminosos fortemente armados exige planejamento operacional meticuloso. A aplicação de táticas especializadas é projetada para mitigar a resistência armada e aumentar a segurança tanto para os agentes envolvidos quanto para a população civil. Por consequência, os atiradores de elite do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) servem como um componente vital em estratégias de gerenciamento de crises, desempenhando um papel crucial na eficácia das operações de segurança pública.

A relevância deste estudo para a segurança pública é evidenciada pela constante necessidade de aprimoramento das estratégias das forças policiais em situações críticas, especialmente aquelas que envolvem gerenciamento de crises. Desse modo, a atuação dos atiradores de elite do BOPE representa um componente essencial nas operações táticas, com impacto direto na preservação de vidas e na redução de danos colaterais. Este trabalho se justifica por investigar a eficácia das ações desses profissionais altamente especializados, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas mais assertivas, baseadas em evidências e práticas operacionais comprovadas.

Neste viés, este artigo tem como finalidade abordar responder a seguinte problemática: qual a efetividade das ações dos snipers do BOPE no gerenciamento de crises na Polícia Militar de Goiás (PMGO)? Para responder essa pergunta, a relevância do tema para a segurança pública justifica a pesquisa, pois é essencial compreender e avaliar a influência das táticas utilizadas pelos snipers, com o objetivo de aprimorar as estratégias operacionais e minimizar os danos durante incidentes críticos. Além disso, a escassez de estudos abrangentes sobre o assunto no contexto de Goiás ressalta a necessidade desta investigação.

Em outra vertente, o objetivo geral deste estudo é compreender o papel dos atiradores do BOPE no gerenciamento de crises. Para atingir esse objetivo, os seguintes objetivos específicos foram delineados: (I) examinar os protocolos operacionais implementados pelo BOPE durante cenários de crise; (II) explorar o treinamento e as qualificações técnicas necessárias para atiradores; e (III) avaliar instâncias notáveis do trabalho desses profissionais, particularmente dentro da estrutura da PMGO.

Na sequência, o estudo emprega em um primeiro momento, um método com abordagem qualitativa caracterizado principalmente por abordagens dedutivas e exploratórias. Para que isso fosse possível, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica e documental, com base em literatura especializada e registros operacionais. Em busca desse objetivo, uma pesquisa de campo foi realizada com aplicação de pesquisa de campo, para que, posteriormente fosse realizada uma tabulação seguida pela análise dos dados para discussão com autores relevantes que dissertem sobre a temática.

Por fim, o artigo encontra-se estruturado em quatro cinco seções principais: A seção inicial apresentou os aspectos introdutórios e discutiu os princípios essenciais da gestão de crises e a função de unidades especializadas, como é o caso do BOPE. A segunda seção, nomeada como revisão teórica, explorou os protocolos e o treinamento associados aos atiradores de elite do BOPE e como isso ocorre dentro da estruturada da PMGO. Finalmente, a terceira seção ofereceu a análise e discussão dos resultados, para compreender o fenômeno e responder a problemática e os objetivos. Por fim, a quarta seção apresentou as considerações finais, expressando a relação entre os objetivos do trabalho e os resultados encontrados e as contribuições que o trabalho proporcionou para a área de estudos.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DO BOPE NO ESTADO DE GOIÁS COMO UNIDADE TÁTICA DA PMGO

Segundo Freitas e Costa (2018), é importante introduzir que o estabelecimento e a evolução do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) em Goiás significam um avanço significativo dentro da estrutura da PMGO, estabelecendo-se como a unidade tática encarregada de executar operações de alta complexidade e lidar com o crime organizado. Sua criação pode ser rastreada até a necessidade de uma força policial especializada equipada para responder a circunstâncias extremas, incluindo o combate ao crime organizado, crises de reféns, intervenções de alto risco e a supressão de facções criminosas.

Para justificar essa informação é importante destacar que a PMGO reconheceu a necessidade de aprimorar suas estratégias e metodologias de policiamento para reforçar a segurança pública. Conforme declarado no site oficial da PMGO, essa iniciativa começou em 1989 após um incidente em Goiânia, que motivou o estabelecimento de uma Unidade.

Resposta Especial encarregada de lidar com situações críticas de reféns. Essa unidade, designada como 3ª CIPM/CIOE, compreendia grupos especializados, incluindo o Grupo Anti-Sequestro (GAS) e o Serviço Aéreo da Polícia Militar (SAPM). Posteriormente, em 1990, por meio de um decreto estadual, a 3ª CIPM/CIOE foi reestruturada no Batalhão de Polícia de Choque Militar, enquanto o GAS foi renomeado como 2ª Companhia/COE (Cardoso e Costa, 2023).

Conforme observado por Santos e Martins (2024), o estabelecimento do BOPE em Goiás surgiu como uma reação aos crescentes níveis de violência urbana e crime organizado. Embora seu foco inicial fosse abordar diretamente esses desafios, o escopo de suas operações gradualmente se ampliou para abranger resgate de reféns, gerenciamento de crises e assistência com inteligência policial, necessitando de treinamento aprimorado. Estes autores indicam que esse treinamento posteriormente incorporou táticas de combate urbano, bem como operações em ambientes rurais.

Neste ínterim, o BOPE tem se engajado em um processo contínuo de aprimoramento, dedicando recursos ao treinamento de seu pessoal por meio de cursos especializados, sessões intensivas de treinamento e intercâmbios colaborativos com outras forças de elite, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Este batalhão adotou métodos sofisticados em combate urbano, gerenciamento de crises e negociação, estabelecendo-se como referência dentro e fora do estado. Seus membros consistem em policiais meticulosamente escolhidos que passam por rigorosas avaliações físicas, psicológicas e táticas, garantindo que apenas os indivíduos mais qualificados

sejam admitidos na unidade (Muniz, 1999).

No contexto atual, a progressão do BOPE em Goiás é evidente na modernização de sua estrutura operacional e equipamentos. A integração de veículos blindados, armamento avançado e tecnologia de ponta aumentou a eficiência operacional, facilitando ações mais estratégicas e seguras. Além disso, a unidade é essencial no suporte a outras forças de segurança pública, engajando-se em missões colaborativas e oferecendo assistência especializada em incidentes complexos. Além da evolução das táticas e operações, o BOPE também se concentrou na atualização de seus equipamentos. De acordo com Almeida (2021), a unidade integrou armamento contemporâneo, veículos blindados e tecnologias de comunicação sofisticadas, notavelmente empregando drones para aumentar a eficácia operacional.

A unidade do BOPE é vital para a PMGO, encarregada de executar operações altamente intrincadas, incluindo o confronto de organizações criminosas, o resgate de reféns e o combate ao tráfico de drogas. Em entrevista ao Jornal O Popular, o Comandante Geral da PMGO afirmou que esta unidade é crucial para garantir a segurança da população e manter a ordem pública. Frente ao exposto, ao longo dos anos, houve um aumento notável no reconhecimento da importância do BOPE na segurança pública em Goiás, estabelecendo a unidade como referência no combate ao crime violento e na salvaguarda da sociedade. A dedicação da unidade à excelência operacional e à melhoria contínua ressalta sua importância dentro da estrutura da PMGO, reforçando sua função essencial na manutenção da ordem e no enfrentamento eficaz do crime em todo o estado (Cardoso e Costa, 2023).

Porquanto, o BOPE/PMGO surgiu como referência em operações de alto risco nas últimas décadas, particularmente em seus esforços para combater organizações criminosas e gerenciar crises dentro de unidades correcionais. Em 2018, a unidade foi fundamental na operação visando a gangue Novo Cangaço, que havia perpetrado ataques a bancos no interior do estado. Carvalho (2018) observa que essa operação demonstrou a eficácia do BOPE, resultando na neutralização da gangue, na libertação segura de reféns e na recuperação de fundos roubados, tudo alcançado sem nenhuma vítima civil ou ferimento policial.

2.2 RECORTE ENTRE OS CONCEITOS: RESOLUÇÃO DE CRISE X GERENCIAMENTO DE CRISE E SUA APLICAÇÃO DENTRO DA PMGO

Inicialmente, é importante ressaltar que dentre os diversos temas discutidos dentro do PMGO, o tema da gestão de crises é extenso. Sobre este assunto, o intuito em discutir a preparação de recursos humanos e sua efetiva utilização neste contexto específico é discutir a adoção de

medidas que direcionem os policiais militares a participarem desta situação específica por meio de cursos e manuais de procedimentos, principalmente o Procedimento Operacional Padrão (POP) (Pop, 2023).

Desse modo, a expressão “resolução de crise” foi inicialmente empregada, mas com o tempo, evoluiu para “gerenciamento de crise”, que representa uma metodologia mais completa e proativa para como organizações e entidades enfrentam situações críticas (Aguilar *et al.*, 2021). Enquanto o termo “resolução” transmite uma ênfase primária em abordar questões imediatas, “gerenciamento” abrange um processo mais amplo que inclui preparação, resposta, mitigação e aprendizado contínuo (Cotta, 2009, p. 54-55).

Neste cenário, trazendo outra definição, que é conceituada por Silva e Silva (2020), uma crise é considerada qualquer início abrupto que seja derivado de casos graves ou difíceis, como resultado da sucessão de eventos em uma situação particular, seja financeira ou emocional. É o ponto que define o fim de um momento consistente e equilibrado, e o início de um novo turbulento. Neste ínterim, o gerenciamento de crise reconhece a natureza intrincada e a dinâmica de eventos críticos, ressaltando a necessidade de planejamento prévio, coordenação eficaz, comunicação estratégica, tomada de decisão ágil e a capacidade de se adaptar a circunstâncias em constante mudança. Essa abordagem mais holística visa não apenas abordar crises à medida que elas surgem, mas também diminuir seu impacto e aprimorar futuras capacidades de resposta.

Conseqüentemente, a mudança de “resolução” para “gerenciamento de crise” significa uma compreensão mais profunda e proativa das estratégias essenciais para navegar efetivamente em cenários desafiadores e imprevisíveis. As raízes históricas da gestão de crises e incidentes dentro da PMGO estão ligadas “à necessidade de responder a emergências e ameaças à segurança pública. Inicialmente, práticas para resposta a crises foram formuladas para lidar com ocorrências imprevistas, conflitos e desastres naturais”. Ao longo do tempo, várias estratégias foram adaptadas para atender às necessidades específicas das agências de aplicação da lei, incluindo a PM (Santos, 2024, p.7).

Para tanto, Silva (2024) destaca que o gerenciamento de crises abrange uma série de protocolos, programas de treinamento e estratégias projetados para responder efetivamente a incidentes que podem ameaçar a ordem pública ou a segurança da comunidade. À medida que as forças de segurança visam aumentar sua capacidade de lidar com cenários complexos — como confrontos armados, distúrbios civis e ameaças terroristas — essas práticas evoluíram. Em muitos casos, o gerenciamento de crises dentro da PMGO é informado por princípios como coordenação, comunicação eficaz, tomada de decisão rápida e proteção de vidas e propriedades.

Para tanto, situações cotidianas, incluindo investigações de rotina, abordagens de trânsito

ou respostas a eventos menores, exigem atenção e ações apropriadas das forças de segurança, mas não são classificadas como crises. Neste contexto, “uma crise normalmente denota uma situação mais séria, urgente e complexa, na qual a segurança do público ou o bem-estar dos indivíduos correm um risco considerável”. A capacidade de distinguir entre ocorrências de rotina e crises permite que as forças de segurança aloquem recursos de forma eficaz e respondam de forma proporcional a situações variadas (Teixeira-Júnior, 2022, p.19).

Em sua totalidade, considerando a definição de Teixeira-Júnior (2022), que afirma que crise é um evento imprevisível que pode causar danos à instituição e aos seus integrantes, deduz-se que essa também se enquadra na definição de situação que exige capacidade e habilidade de solução rápida das autoridades envolvidas. Assim, a definição de crise, na perspectiva policial, são eventos de grande porte que exigem ação rápida e pré-planejada do policial militar além de um dispositivo policial específico. Entretanto, o planejamento torna-se mais inibido pela falta de informações críticas sobre o evento que é crítico, essas informações estão faltando, o que faz com que a crise surja repentinamente, isso aumenta a compreensão do conceito de crise em eventos relacionados à PM

2.3 COMO FUNCIONA O GERENCIAMENTO DE CRISE DENTRO DA PMGO?

O gerenciamento de crises abrange várias dimensões, incluindo a administração, o comando, a liderança e o planejamento necessários para a execução de atividades que facilitem a conclusão de tarefas específicas. Conseqüentemente, conforme articulado por Pinheiro (2017), a gestão de crises é reconhecida como um processo eficaz para identificar, adquirir e implementar soluções. A gestão eficaz exige talento, preparação, dedicação, estudo e percepção. Além disso, no contexto do policiamento, erros não são permitidos em nenhum aspecto, portanto, para apoiar e orientar os policiais militares nas diversas situações que eles podem enfrentar em suas operações diárias, o POP foi estabelecido dentro da estrutura do PMGO (POP, 2023).

Diante desse contexto, os Sistemas de Gestão de Crise empregados pela Polícia Militar representam metodologias estratégicas projetadas para lidar com situações críticas, com os objetivos de manter a ordem pública e garantir a segurança e proteção. Esses sistemas compreendem quatro fases, sendo elas: a) Planejamento e Preparação: a formulação de protocolos e estratégias para enfrentar várias crises, incluindo avaliação de riscos e análise de cenários; b) Treinamento Especializado: criação de unidades especializadas, como equipes de operações especiais, encarregadas de gerenciar situações de alta complexidade que exigem conhecimentos específicos (Cotta, 2009, p. 45-50).

Existe também: Negociação: envolve treinar negociadores para lidar com situações como

sequestros, focando na importância da resolução pacífica e na segurança dos reféns. E o Uso Progressivo da Força: estabelece critérios explícitos para o emprego da força, garantindo que ela permaneça proporcional e estritamente necessária em circunstâncias extremas. Após uma crise, uma Avaliação Pós-Crise envolve uma avaliação completa das operações, identificando pontos fortes e áreas que precisam de melhorias para refinar intervenções futuras. Essas estruturas são cruciais para gerenciar eventos imprevisíveis, garantindo que as forças de segurança operem de forma coordenada, profissional e eficaz, priorizando a segurança da população e a manutenção da ordem pública. (Cotta, 2009, p. 45-50).

Em outra vertente, é importante mencionar a diferença entre incidências estáticas e dinâmicas. No caso das incidências estáticas e dinâmicas, ambas denotam categorias distintas de situações que necessitam de estratégias variadas. No caso das incidências estáticas, essas dizem respeito a cenários onde os componentes da cena ou evento permanecem relativamente imóveis, exemplificados pelo gerenciamento de multidões em reuniões, postos de controle e operações de busca e apreensão (Balestreri, 2007, p. 8).

Em contrapartida às incidências estáticas, existem as incidências dinâmicas, que se referem a “cenários caracterizados por movimento contínuo, transformações rápidas ou ameaças em desenvolvimento, como perseguições de veículos, reações a atividades criminosas ativas, crises de reféns e confrontos armados”. Desse modo, um gerenciamento bem-sucedido desses incidentes necessita de estratégias distintas. Em incidências estáticas, o controle e a organização são priorizados para garantir a segurança em ambientes regulamentados. Por outro lado, as incidências dinâmicas enfatizam a mobilidade, a tomada rápida de decisões e a coordenação para lidar com a natureza em constante mudança das situações (Silva, 2024, p.3).

De modo geral, Tschumi e Zanato (2025) ressaltam que ambas as metodologias exigem treinamento especializado para agências de aplicação da lei, pois abrangem estratégias e técnicas de resposta exclusivas que podem ser adaptadas às circunstâncias específicas de cada incidente. Neste viés, a incorporação de tecnologias avançadas, incluindo sistemas de comunicação eficientes e inteligência artificial, é crucial para otimizar as operações em ambos os cenários. Elas facilitam a avaliação do desempenho individual e da equipe, destacando pontos fortes e áreas que precisam de melhorias, ao mesmo tempo em que preparam as equipes para tomar decisões rápidas e eficazes.

2.4 ENTENDO A FUNÇÃO DO *SNIPER* E SUA DIFERENCIAÇÃO DO ATIRADOR DESIGNADO COMO POLICIAL

O Decreto nº 5.642, de 19 de agosto de 2002, do Estado de Goiás, instituiu a Comissão de Gestão de Crise e regulamentou a atuação das Polícias Militar e Civil, bem como do Corpo de Bombeiros Militar, no atendimento a eventos críticos, como situações de reféns e rebeliões em presídios. Logo, o artigo 11 deste decreto estabeleceu que, quando as negociações falhassem e fosse necessária uma solução tática imediata e irreversível para preservar vidas, seria obrigatória a autorização prévia do Governador do Estado, transmitida ao Comandante da Cena de Ação pelo Secretário de Segurança Pública e Justiça (Goiás, 2002).

Para Sousa e Gambogi (2017), esta exigência gerou debates sobre a operacionalidade em crises, especialmente no que se refere ao uso de atiradores de elite. Críticos argumentaram que a necessidade de autorização governamental poderia comprometer a rapidez e a eficácia das ações em situações de alto risco. Em resposta a essas preocupações, o Decreto nº 10.073, de 25 de abril de 2022, alterou o artigo 11 do decreto original, transferindo a autoridade para decidir sobre a solução tática do Governador do Estado para o próprio Comandante da Cena de Ação. Essa mudança teve como objetivo agilizar as decisões em cenários críticos, permitindo respostas mais rápidas e eficazes por parte das forças de segurança (Brasil, 2002).

Assim, a regulamentação do uso de *snipers*, embora não diretamente mencionada no Decreto nº 5.642/2002, reflete a necessidade de controle rigoroso e tomada de decisão estratégica em situações de alto risco, onde o uso de força letal pode ser essencial para a resolução da crise (Brasil, 2002). A adequação das decisões táticas, com a devida autorização e supervisão das autoridades competentes, é essencial para garantir a eficácia das operações e, ao mesmo tempo, preservar a integridade física das pessoas envolvidas, incluindo civis e agentes de segurança.

Betini e Tomazi (2018) elaboraram a distinção entre as funções de atirador designado pela polícia (ADP) e atirador de precisão policial (também conhecido como atirador policial), enfatizando que este último é domínio exclusivo do comando do BOPE e do pessoal da Companhia de Operações Especiais. É regulamentado pela Orientação n.º 006, de 21 de novembro de 2011, que estabelece os princípios estruturais e laborais da atividade específica da empresa. Na visão dos autores, os atiradores policiais são selecionados entre os policiais militares dos grupos táticos e sua especialidade é o tiro de precisão e o curso é aprovado pelo comandante do Comando de Operações Especiais (COE).

Segundo Cardoso e Costa (2023), o planejamento e a implementação do primeiro Curso

de Operações Especiais em Goiás ocorreram em 2005, e foi um marco na profissionalização deste segmento no estado. Este curso foi coordenado e elaborado por oficiais que já haviam concluído o curso regular de Operações Especiais, conforme mencionado acima. Quinze policiais militares do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), com ampla experiência na área, foram selecionados para participar deste curso pioneiro, superando dificuldades significativas e se tornando os primeiros a concluir com sucesso o Curso de Operações Especiais da PMGO.

Neste cenário, Cardoso e Costa (2023) destacam que os ADP da PMGO, integrante do BOPE, são especialistas altamente qualificados e engajados em operações de alto risco onde precisão, cautela e tomada de decisões sob pressão são cruciais. A sua funcionalidade vai além do simples disparo de longo alcance para cobrir uma série de missões estratégicas, tornando-o um elemento indispensável em situações críticas. É importante mencionar que para a escolha destes profissionais, é dada uma prioridade aos que melhor atenderem e se adequem técnico e psicologicamente ao cargo.

Dentre suas principais tarefas em situações de crise incluem a coleta de informações por meio da observação de pontos-chave, o fornecimento de apoio de fogo durante avanços táticos, a neutralização dos responsáveis por eventos críticos por meio de tiros comprometedores e disparos antimateriais para tornar inoperantes as armas possuídas por potenciais homens-bomba, além de destruir fontes de energia, que ficam sempre a critério do comandante da força-tarefa (Missel e Gomes-Júnior, 2019).

No BOPE, os APP atuam principalmente em cenários que requerem intervenção cirúrgica, como neutralizar criminosos armados em situações de crise, resgatar reféns e conduzir operações táticas em ambientes hostis. Seu treinamento avançado permite que ele execute tiros comprometedores com grande precisão, garantindo a eliminação de ameaças iminentes quando todas as outras opções táticas estiverem esgotadas. Além disso, proporciona cobertura de fogo para as equipes em movimento, protegendo os policiais quando o perigo se aproxima e garantindo a condução segura das operações.

Em outro contexto, uma função importante da ADP é a coleta de inteligência e observação avançada, com equipamentos de imagem térmica e de visão ampliada, ele monitora áreas perigosas, identifica alvos, traça rotas de fuga e detecta possíveis armadilhas antes de grandes operações. Esta identificação silenciosa e precisa permite aos comandantes operacionais tomar decisões mais informadas, reduzindo o risco para as equipes envolvidas. Em operações especiais, como contra-terrorismo e resgate em áreas controladas criminalmente, um atirador pode realizar missões de contra-atirador, onde a sua capacidade de localizar e eliminar atiradores inimigos é crucial (Missel e Gomes-Júnior, 2019).

Segundo Silva (2016), não existe um marco histórico específico para as origens dos APP, mas relatos indicam que a prática de atingir alvos a longas distâncias remonta à antiguidade. Dadas as capacidades autônomas, o baixo custo e a eficiência destes atiradores, a sua eficiência e precisão justificam o investimento contínuo nas suas melhorias. Num contexto militar, os atiradores têm maior liberdade na escolha do momento de disparar e podem aplicar meticulosamente os fundamentos do tiro de precisão. Seu treinamento abrange técnicas avançadas de camuflagem, orientação, sobrevivência, infiltração e reconhecimento. Normalmente, eles operam em pares com rifles de ferrolho de grande calibre e podem atingir alvos a 1.500 metros de distância de suas posições.

Em síntese, Puglia (2023) ressalta que a seleção dos APP do BOPE/PMGO é muito rigorosa e envolve testes físicos, psicológicos e de tiro de alta complexidade. O pessoal aprovado recebe treinamento especializado em balística avançada, camuflagem, sobrevivência em ambientes hostis e técnicas de penetração. Equipado com rifles de precisão de alto calibre, o ADP opera com equipamentos de última geração para garantir eficiência mesmo em condições adversas.

Ao contrário dos ADPs que usam armas semiautomáticas para fornecer apoio geral durante as operações policiais, estes tipos de atiradores do BOPE utilizam de armas de longo alcance que exigem maior disciplina técnica e controle emocional. Suas ações são pautadas pela proteção da vida, mesmo em situações extremas onde um único tiro pode significar a diferença entre o sucesso e a tragédia.

3 METODOLOGIA

Para a construção deste estudo, inicialmente foi elaborada uma revisão de literatura com o objetivo de compreender o tema em questão. Esta fase envolve a coleta de informações desenvolvidas e publicadas, principalmente com base em livros e artigos científicos. Posteriormente, realizou-se um procedimento de trabalho empírico, que envolveu a implementação prática do tema selecionado através da aplicação de questionários. Esta etapa visa testar a validade da hipótese proposta e coletar dados confiáveis e suficientes para refutar ou confirmar as teorias existentes.

Sobre a pesquisa qualitativa, Neves (1996, p. 2) afirma que a pesquisa qualitativa “busca visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo em estudo que implique uma melhor compreensão do fenômeno”, ou seja, vai ao encontro da proposta no sentido de proporcionar uma compreensão do tema de forma não estática, e permitir uma

compreensão mais profunda do cerne do problema apresentado de forma abrangente e dinâmica. Na sequência, para a pesquisa de campo, optou-se pela utilização de um questionário estruturado em 13 (treze) questões de múltipla escolha.

Essa técnica de coleta de dados foi direcionada individualmente a cada policial militar, em um total de amostra de 17 (dezesete) *snipers* através do serviço de correio eletrônico (e-mail), e elaborada com o apoio da ferramenta *Google Forms*, que é um serviço de armazenamento e sincronização de arquivos. Este estudo contou com a participação de profissionais habilitados para exercer a função de atiradores de precisão, garantindo assim informações precisas sobre questões relacionadas a esta atividade dentro da polícia.

Para garantir a ética e a transparência do processo, todos os participantes foram informados formalmente das condições do estudo por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1). Dentre os critérios de inclusão, estes dependeram da disposição dos entrevistados em responderem objetivamente a todas as perguntas feitas. Em contrapartida, como critérios de exclusão, os policiais que não atuavam na área de estudo não conseguiram obter e/ou responderem o questionário. Além disso, formulários preenchidos incorretamente foram ignorados e excluídos da análise.

Enfim, após a coleta de dados, os achados foram consolidados, analisados e tabulados para serem convertidos em gráficos, por meio do software Excel 2016 para agrupar e tabular as informações. Por fim, os dados foram claramente organizados e apresentados através de gráficos ou tabelas explicativas para facilitar a interpretação e compreensão dos resultados obtidos e a referida estrutura metodológica visou garantir o rigor científico e a confiabilidade da análise dos dados.

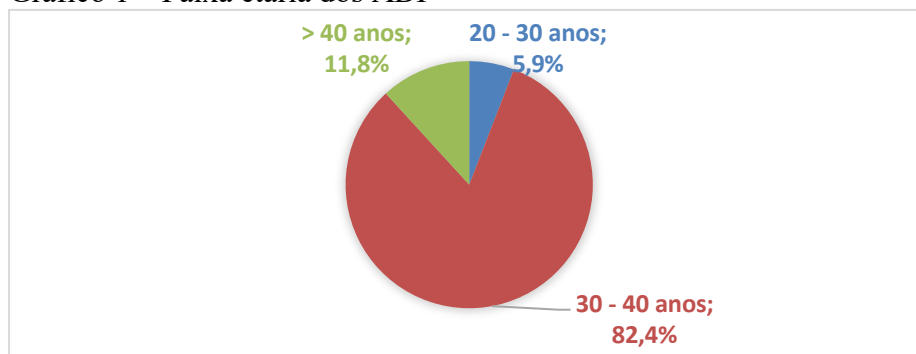
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização desta etapa do artigo, foi disponibilizado o questionário enviado via WhatsApp e contou com a participação livre e consentida de 17 pessoas (policiais aptos para desenvolver a atividade de APP). É importante ressaltar que 01 dos entrevistados não respondeu todas as perguntas, seja por falta de atenção ou por estar exercendo alguma atividade no momento.

Na sequência, os dados foram devidamente delineados mediante um editor de planilhas do Excel 2013, no intuito de melhor tratamento e análise dos dados. Neste contexto, a fim de obter uma melhor compreensão dos resultados obtidos, foi realizada a construção de gráficos para melhor compreensão dos dados obtidos e, posteriormente, a realização da discussão destes dados.

Inicialmente, ao questionar a faixa etária dos APPs, pode se comprovar que 01 (5,9%) expôs ter entre 20 e 30 anos de idade, 14 (82,4%) relataram ter entre 30 e 40 anos de idade e apenas 02 (11,8%) destacaram ter 40 anos ou mais, conforme aponta o Gráfico 1, apresentado abaixo:

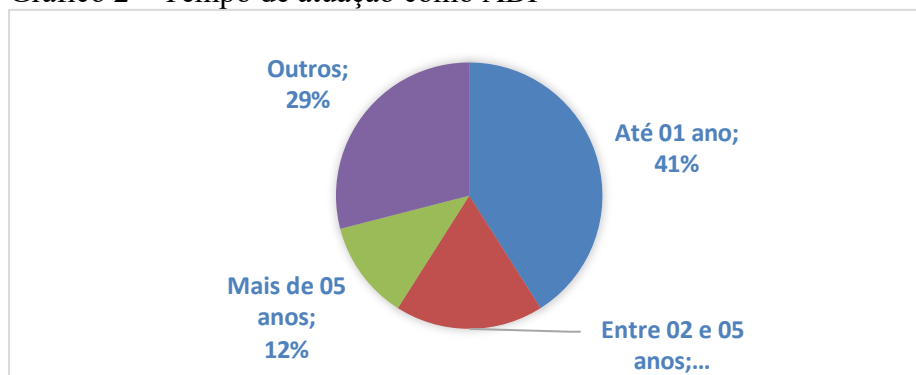
Gráfico 1 – Faixa etária dos ADP



Fonte: O autor (2023)

Quando indagados sobre o tempo de profissão como atirador, 07 (41%) dos atiradores destacaram ter em média apenas 01 ano na função, seguido por 5 (29%) que citaram ter outro tempo de serviço além das alternativas. Logo, 03 (18%) APPs enfatizaram obter entre 02 e 05 anos de profissão e, com mais de 05 anos na função, apenas 02 (12%) confirmaram, como pode ser observado no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Tempo de atuação como ADP



Fonte: O autor (2023)

Ao realizar uma análise minuciosa das respostas, quanto aos profissionais que atuam há apenas 01 ano ou menos, entende-se que a maioria dos atiradores de precisão pesquisados está na função há até um ano. Isso pode indicar uma renovação ou ampliação recente do efetivo do BOPE, especialmente no que tange à capacitação de novos APPs. Esse dado também pode refletir uma resposta institucional às demandas crescentes por operações especializadas, evidenciando que a PMGO está investindo na formação contínua de novos operadores para o gerenciamento de

crises.

No que diz respeito aos profissionais com experiência intermediária, entre 02 e 05 anos, compreende-se que esse grupo representa uma parcela considerável que já possui alguma vivência em operações táticas e pode estar em fase de consolidação técnica. São militares que provavelmente acumulam experiências práticas importantes e começam a assumir papéis mais complexos nas missões.

Por outro lado, apesar de serem minoria, é importante mencionar os veteranos, APPs fundamentais por sua experiência acumulada. Eles atuam como referência técnica e operacional, podendo também contribuir com o treinamento dos mais novos e a coordenação tática das missões. Finalmente, para os que responderam “outros”, essa categoria demonstra que são APPs que atuam de forma esporádica. A existência desse percentual aponta a necessidade de maior clareza nos critérios de função e registro, ou pode indicar variações no exercício da função (como operadores em transição ou com múltiplas funções).

Conforme destaca Pereira e Carvalho (2018), a atuação do APP é primordial para situações que envolvem o uso da força e para responder a ocorrências de alta complexidade, como crimes de sequestro, confrontos armados, perseguições, entre outras. Essas situações exigem treinamento específico e capacidade de tomar decisões difíceis. Assim, o papel do APP se encontra em diversas missões e planejamentos de operações, devido às diferentes funções que desempenha, como: observação, coleta e transmissão de informações em tempo real, cobertura de equipes táticas, proteção de autoridades e execução do tiro de neutralização imediata ou incapacitação instantânea.

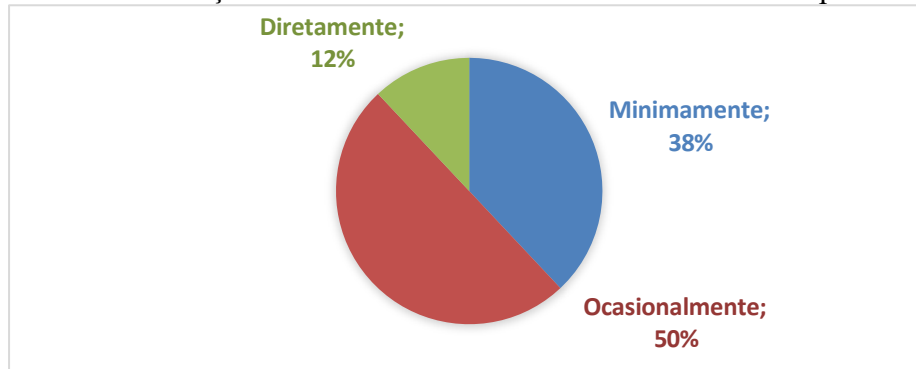
Atrelando-se ao BOPE, os dados apontam que a unidade tática encontra-se em um período de transição e crescimento na formação de atiradores de precisão, com forte presença de profissionais recém-formados. Essa realidade evidencia o comprometimento da corporação com o fortalecimento de seu quadro de profissionais especializados diante dos desafios de eventos de gestão de crise. Ao mesmo tempo, a menor proporção de atiradores experientes ressalta a importância de políticas institucionais para retenção e valorização desses profissionais, além de estratégias que favoreçam a transferência de conhecimento operacional (Cardoso, 2025).

Outro aspecto investigado na pesquisa foi a percepção dos policiais quanto à influência da função de atirador de precisão em sua vida pessoal. Os dados revelam que 50% dos respondentes (8 policiais) apontaram que essa influência ocorre de forma pontual, ou seja, em momentos específicos relacionados ao exercício da função. Já 38% (6 policiais) relataram uma influência leve, mas constante, em sua rotina pessoal.

Por fim, 12% (2 policiais) afirmaram que o desempenho dessa atividade acarreta

prejuízos significativos em sua vida pessoal. Esses dados, ilustrados no Gráfico 3, sugerem que, embora a maioria perceba a influência da função de forma moderada ou ocasional, há casos em que os impactos emocionais e psicológicos são mais intensos, reforçando a necessidade de suporte institucional voltado à saúde mental e ao equilíbrio emocional desses profissionais.

Gráfico 3 – Função de atirador de elite e sua influência na vida pessoal



Fonte: O autor (2023)

Em face das respostas, é possível discutir como o APP se sente psicologicamente diante de sua função, que na maioria das vezes, envolve matar muitos indivíduos. Em razão disso, Menezes (2023) destaca que a função do atirador, na maioria das vezes, prejudica sua vida pessoal, confirmando que o equilíbrio emocional é uma qualidade intrínseca pessoal ao APP, diminuindo a probabilidade de sofrer quaisquer consequências psicológicas e despertar gatilhos como arrependimento ou remorso, que poderiam respingar, por exemplo, em sua vida pessoal e seus familiares.

Ao serem indagados sobre como lidam em salvar a vida de uns e ceifar a vida de outros, os APPs responderam de forma unânime que eram profissionais e que por isso, sentiam-se como executores de sua função, não levando para o lado emocional. Isto é, afirmaram lidar com essa dualidade de maneira profissional, declarando que faz parte da função.

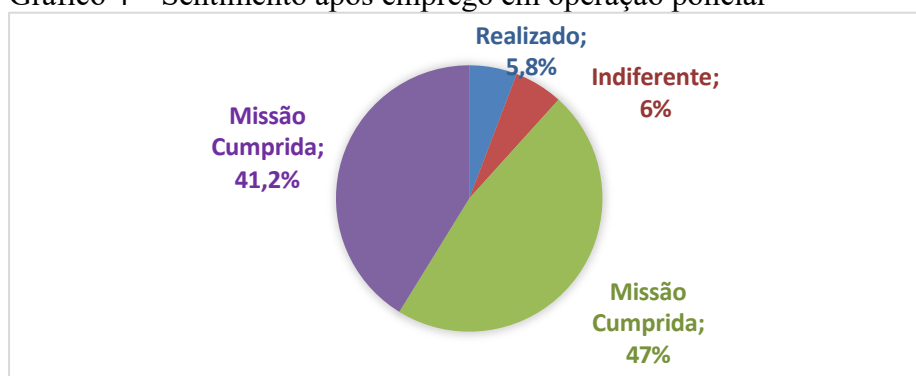
Esse resultado evidencia um elevado grau de maturidade emocional, preparo psicológico e alinhamento ético-profissional entre os atiradores de precisão do BOPE. A totalidade dos entrevistados reconhece a natureza crítica da função, mas demonstra lidar com ela de forma racional, entendendo que suas ações são baseadas em protocolos, legalidade e na proteção de vidas inocentes. Essa unanimidade também pode indicar que os processos de seleção, treinamento e acompanhamento psicológico dos snipers estão sendo eficazes, contribuindo para uma atuação segura, responsável e emocionalmente equilibrada — fator essencial em operações de gerenciamento de crises, onde a tomada de decisão precisa ser rápida e precisa.

Após, foi proposto aos policiais entrevistados o sobre como se sentiam após uma

operação. Em vista disso, a maioria indicou sentir sensação de missão cumprida, representando 47,1% (8 policiais). Em seguida, 41,2% (7 policiais) relataram uma sensação de produtividade após a atuação. Outras respostas menos frequentes também foram registradas: 5,9% (1 policial) declarou sentir-se indiferente, enquanto 5,8% (1 policial) relatou sentir-se realizado (Gráfico 4).

É necessário salientar que nenhum entrevistado afirmou ter atuado apenas por obrigação ou por ordem superior, nem optou pela categoria “outro”. Esses dados revelam que, predominantemente, os APPs percebem sua atuação de forma positiva e profissional, demonstrando envolvimento, compromisso com a missão e alinhamento com os objetivos institucionais do BOPE/PMGO.

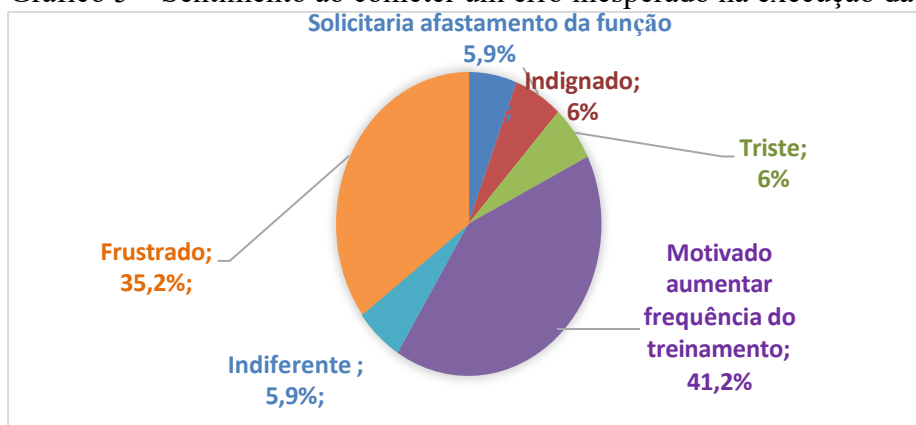
Gráfico 4 – Sentimento após emprego em operação policial



Fonte: O autor (2023)

Diante das repostas, entende-se que a sensação de missão cumprida é absoluta nas respostas, de como o *sniper* sente-se após ter sido empregado em uma operação policial, com 47,1%. Neste viés, entende-se que há uma ligação estreita entre sua realização profissional e a eficaz prática de sua função, deixando notório seu compromisso coletivo, institucional e coletivo (Menezes, 2023).

Gráfico 5 – Sentimento ao cometer um erro inesperado na execução da função



Fonte: O autor (2023)

No que se refere à como os APPs sentem-se ao cometerem um erro na execução da sua

função, a grande maioria (41,2% – 7 entrevistados) afirmou que, diante de um erro, se sentiria motivado a aumentar a frequência de treinamentos. Em seguida, 35,2% (6 policiais) relataram que se sentiriam frustrados com a situação. Outras respostas menos recorrentes incluíram indiferença (5,9%), tristeza (5,9%), indignação (5,9%) e solicitação de afastamento da função (5,9%) (Gráfico 5).

Os resultados demonstram uma postura predominantemente proativa entre os atiradores de precisão do BOPE frente à possibilidade de falhas operacionais. A maior parte dos entrevistados vê o erro como um incentivo ao aprimoramento, revelando um alto nível de autocrítica construtiva e comprometimento com a excelência técnica. A resposta mais expressiva — motivação para treinar mais — indica que esses profissionais valorizam a constante evolução de suas habilidades como forma de reduzir riscos futuros e aumentar a eficácia de suas ações.

A frustração, apontada por um número relevante de entrevistados (35,2%), também é um indicativo da seriedade com que esses profissionais encaram suas funções. Isso reforça a necessidade de que, além do treinamento técnico, o suporte emocional e psicológico também seja oferecido de forma estruturada e contínua (Almeida et al., 2023). No caso das respostas minoritárias (como indiferença, tristeza, indignação e desejo de afastamento) podem refletir experiências individuais isoladas, mas não deixam de alertar para a importância de se manter um acompanhamento mais próximo da saúde mental dos agentes, especialmente após situações operacionais críticas.

Para voltar a calma após estar em uma operação policial, os APPs destacam possuir estabilidade emocional, predominante no exercício de sua função. Para eles, o *sniper* é privilegiado por um dom natural e por esse motivo, age sempre seguindo seus instintos naturais. Isso pode ser apresentado na pergunta que indaga aos APPs se em casos que exigem extrema condição física, mental e psicológica, se ele segue algo para “voltar a calma”. Dentre as repostas, 10 entrevistados (58,8%) fazem atividade física, 04 (23,5%) não fazem nada, 02 (11,8%) práticas religiosas e apenas 01 (5,9%) outros.

Gráfico 6 – Atividades como preparação para o exercício da função



Fonte: O autor (2023)

No mesmo sentido, foi indagado aos APPs se eles realizam alguma atividade como preparação para o exercício da função. Desse modo, 12 entrevistados (70,6%) disseram ter o hábito de prática de esporte nos dias que antecedem o desempenho de sua função, enquanto 03 (17,6%) realizam apenas uma preparação mental e outros 02 (11,8%) expuseram fazer outras coisas, conforme aponta o Gráfico 6:

Os dados demonstram que a maioria dos atiradores de precisão (71%) utiliza a prática de esportes como estratégia de preparação para o exercício de sua função. Isso evidencia que os APPs reconhecem a importância da condição física e do bem-estar corporal como elementos fundamentais para o desempenho técnico, concentração e resistência diante de situações de alta exigência.

A preparação mental, adotada por 17,6% dos entrevistados, também aparece como uma prática relevante, ainda que em menor escala. Essa escolha indica uma preocupação com o equilíbrio psicológico e a regulação emocional, aspectos cruciais para quem atua sob pressão, com decisões que envolvem vidas humanas. Neste contexto, o grupo que mencionou “outras atividades” (11,8%) pode incluir ações como meditação, leitura, práticas espirituais ou até mesmo lazer estruturado, o que sugere uma busca individualizada por métodos de autorregulação e foco.

De modo geral, os dados reforçam que os APPs do BOPE mantêm uma rotina de preparação que vai além do treinamento técnico, incorporando práticas físicas e mentais que contribuem diretamente para o aprimoramento profissional e para a manutenção da estabilidade emocional durante operações críticas. Na visão de Stapassoli (2024), o APP deve contar com um diferencial de auto preparo e condicionamento para que sua atuação seja eficaz a qualquer instante. Isso passa também por instruções teóricas, aprimoramento técnico-físico e práticas realizadas no dia a dia deste policial.

Foi questionado aos atiradores de precisão do BOPE como eles gostariam que as autoridades enxergassem a sua função dentro da estrutura operacional da corporação. O maior número de respostas, representando 47,1% (8 policiais), indicou o desejo de que sua atuação fosse reconhecida como “imprescindível em operações complexas”. Em seguida, 17,6% (3 policiais) manifestaram que gostariam de ser vistos como: profissionais que atuam com confiança, uma ferramenta que potencializa a segurança nas operações, e função de extrema relevância.

A predominância da opção “imprescindível em operações complexas” evidencia que os APPs desejam que sua atuação seja compreendida como estratégica e insubstituível em cenários de alto risco, como resgates de reféns, contenção de criminosos fortemente armados e outras situações táticas críticas. Isso revela não apenas a consciência do valor da função, mas também uma demanda por reconhecimento institucional proporcional à responsabilidade atribuída a esses

profissionais.

As demais respostas, que compartilham o mesmo percentual (17,6%), reforçam a ideia de que os atiradores de precisão se veem como agentes fundamentais na promoção da segurança e na eficiência das operações. A valorização da confiança, da relevância e do potencial de proteção que sua função oferece demonstra o comprometimento desses policiais com a missão e com os princípios operacionais da corporação.

No caso do questionamento sobre como os APPS acreditam que as autoridades, os visualizam, 08 (47,1%) dos entrevistados declaram ser imprescindível em operações complexas, 03 (17,6%) acreditam ser uma ferramenta que potencialize a segurança nas operações, 03 (17,6%) destacam ser uma função de extrema relevância e 03 (17,6%) enfatizam ser com confiança na sua atuação, conforme aponta a Tabela 1:

Tabela 1 – Visualização por parte das autoridades

Como vocês gostariam que as autoridades enxergassem a sua função?	Como vocês acreditam que as autoridades enxergam a sua função?
Imprescindível em operações complexas (47,1%)	Desconhecem o ofício (47,1%)
Função de extrema relevância (17,6%)	Função de extrema relevância (41,2%)
Ferramenta que potencializa a segurança nas operações (17,6%)	Imprescindível (11,8%)
Confiança em sua atuação (17,6%)	

Fonte: O autor (2023)

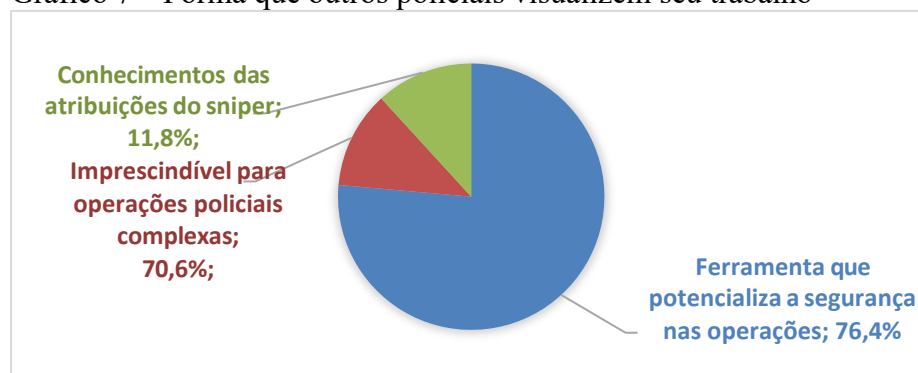
Ao se analisar essa resposta em conjunto com as anteriores, percebe-se que o conhecimento sobre as atribuições dos atiradores de precisão não deve se restringir apenas aos superiores e gestores responsáveis pelas decisões operacionais. Na visão dos próprios profissionais, é essencial que todos os policiais compreendam a importância dessa função especializada, reconhecendo sua aplicabilidade e relevância nas operações. Para Júnior e Muniz (2017), o acionamento da Unidade de Operações Especiais (UOEsp) deveria ser mais amplamente divulgado, incentivado e compreendido como uma estratégia de apoio tático, promovendo sua solicitação de forma consciente aos superiores sempre que a situação assim exigir. Essa disseminação de conhecimento contribuiria para minimizar a exposição desnecessária de equipes a riscos, considerando que se trata de operadores altamente treinados e em constante aperfeiçoamento físico, técnico e tático.

Sobre como outros APPs enxergam a sua função e sobre como eles gostariam de ser vistos

como pessoas que potencializam a segurança nas operações, os dados revelam que a maioria expressiva dos entrevistados (76,4%) gostaria que sua função fosse reconhecida por seus colegas como uma ferramenta que potencializa a segurança nas operações. Isso reforça o entendimento de que os atiradores de precisão não devem ser vistos apenas como executores de força letal, mas sim como elementos estratégicos que contribuem diretamente para o êxito das missões, com foco na proteção de vidas e na mitigação de riscos.

Além disso, as outras respostas, ainda que em menor número (11,8% cada), mostram a expectativa de que os demais policiais compreendam o papel dos snipers como imprescindíveis em operações complexas e que possuam conhecimento técnico sobre suas atribuições. Isso evidencia uma preocupação dos próprios APPs com o reconhecimento técnico e funcional da atividade dentro da corporação — não apenas por parte dos superiores, mas também entre os pares. A ausência de respostas nas categorias "com apreço pela função" ou "indiferente ao êxito" demonstra que os atiradores não buscam valorização afetiva ou reconhecimento genérico, mas sim respeito técnico, compreensão operacional e valorização estratégica do seu papel (Cardoso, 2023).

Gráfico 7 – Forma que outros policiais visualizem seu trabalho



Fonte: O autor (2023)

No que se refere à importância do APP nas operações policiais, os resultados revelam uma percepção unânime entre os entrevistados sobre a importância crítica da função do sniper, ainda que com nuances quanto à abrangência de sua aplicação. A maioria (58,8%) considera que o atirador de precisão é imprescindível em operações complexas, como resgates de reféns, neutralização de ameaças fortemente armadas e ações de alto risco. Já os demais (41,2%) ampliam essa visão, defendendo que a função é essencial em qualquer tipo de operação policial.

Essa percepção confirma que os próprios profissionais enxergam sua atuação como decisiva para o sucesso e a segurança das operações, sendo mais do que um recurso eventual — trata-se de uma capacidade tática permanente e de alto valor estratégico. A ausência total de respostas nas categorias negativas ("indiferente", "prejudicial" ou "desnecessário") demonstra o

alto grau de convicção quanto à relevância da especialização, refletindo não só orgulho da função, mas também a consciência do impacto positivo que essa atuação gera nas ações da PMGO. Esses dados reforçam a necessidade de que a função *sniper* seja cada vez mais integrada ao planejamento operacional padrão, como o POP da PMGO e que seu acionamento seja considerado desde as fases iniciais da missão, especialmente quando há potencial de confronto ou ameaça elevada. Além disso, evidenciam que os APPs se reconhecem como peças fundamentais para o êxito das ações e a preservação de vidas — tanto dos civis quanto dos próprios agentes de segurança (Pop, 2023).

Finalmente, quando indagados sobre como sentem-se integrando uma UOEsp como o BOPE, 13 (76,5%) dos entrevistados declararam sentirem-se honrados, seguidos por 01 (5,9%), privilegiado. É importante salientar que dos 17 respondentes, 02 (11,8%) declararam estarem sobrecarregados e 01 (5,9%) citou ser indiferente. E qual a causa disso? a predominância de respostas positivas evidencia que os profissionais que atuam no BOPE reconhecem o valor, a responsabilidade e o prestígio associados à função. Sentir-se honrado ou privilegiado ao compor uma unidade de elite demonstra orgulho institucional e forte identificação com a missão da UOEsp, especialmente considerando o nível elevado de exigência física, técnica e emocional requerido.

Contudo, a presença de respostas que apontam sobrecarga ou indiferença merece atenção. O sentimento de sobrecarga pode estar relacionado a diferentes fatores, tais como: altas demandas operacionais, com escalas intensas e frequentes, somadas a treinamentos contínuos; cobrança por desempenho elevado constante, diante de cenários críticos e de alta visibilidade; falta de reconhecimento interno ou apoio psicológico adequado, especialmente quando os resultados esperados não são correspondidos com suporte institucional; e riscos inerentes à função, que podem gerar desgaste físico e mental ao longo do tempo.

No caso da indiferença, essa pode estar atrelada à desmotivação pessoal, à falta de valorização percebida internamente ou até a questões relacionadas à rotina desgastante, que afetam o senso de pertencimento e satisfação profissional. Essas percepções indicam que, embora a maioria dos operadores se sinta realizada e comprometida com o trabalho, é fundamental que a corporação mantenha mecanismos eficazes de apoio psicológico, gestão de carga operacional e valorização contínua do efetivo. Isso garantirá não apenas o bem-estar dos profissionais, mas também a manutenção da excelência operacional da unidade.

5 CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender, de forma aprofundada, o papel dos Atiradores de Precisão Policial (APP) do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado de Goiás

(PMGO) no contexto do gerenciamento de crises. A análise dos dados coletados evidenciou que esses profissionais representam uma peça fundamental nas operações de alta complexidade, atuando de maneira estratégica para neutralizar ameaças e preservar vidas com máxima eficácia e mínimo dano colateral.

Verificou-se que a maioria dos APPs entrevistados apresenta até um ano de atuação, indicando um processo de renovação do efetivo e investimento institucional na formação especializada. Ao mesmo tempo, identificou-se um elevado grau de preparo técnico, controle emocional e alinhamento ético entre os profissionais, que se mostram conscientes da importância e da responsabilidade de sua função. A percepção de honra e compromisso institucional predominou entre os participantes, embora tenham sido apontadas necessidades de maior reconhecimento, valorização profissional e suporte psicológico contínuo.

O estudo alcançou seus objetivos ao demonstrar que a função do APP é essencial para a eficácia das operações policiais em cenários críticos, reforçando a necessidade de sua inclusão sistemática no planejamento tático da PMGO. Como limitação, destaca-se a restrição amostral a um único batalhão e o recorte geográfico estadual. Para estudos futuros, recomenda-se ampliar a amostra, incluir comparações com outras unidades federativas e investigar os impactos psicológicos de longo prazo da função. O aprofundamento sobre as práticas de treinamento e o uso de tecnologias emergentes também pode contribuir para otimizar a atuação dos APPs em situações de crise.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Paulo Augusto. Atualização de procedimentos adotados na pmesp na doutrina de gerenciamento de crises, modelo estático, para o modelo dinâmico de gestão de crises. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)**, v. 5, n. 11, p. 144–159, 2022.

ALMEIDA, Isis Joyce Loiola et al. A excludente penal da conduta do atirador de precisão *sniper*. **Libertas Direito**, Belo Horizonte, v.4, n.2, ago/dez. 2023.

BETTINI, Eduardo Maia; TOMAZI, Fabiano. **Por dentro do grupo de operações especiais da Polícia Federal**. 1 ed. Ícone editora: São Paulo, 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.642, de 19 de agosto de 2002. **Cria a Comissão de Gerenciamento de Crises e regulamenta as ações das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar no atendimento a eventos críticos**. Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia, GO, 19 ago. 2002. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/61523/pdf#:~:text=Cria%20a%20Comiss%C3%A3o%20de%20Gerenciamento,rebeli%C3%B5es%20em%20pres%C3%ADdios%20e%20outras>. Acesso em: 30 mar. 2025.

CARDOSO, Deivid do Nascimento; COSTA, Leon Denis da. História do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar de Goiás. **Repositório de Segurança Pública do Estado de Goiás**, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/server/api/core/bitstreams/5618138f-308c-4d28-9f9b-bee74054ad0f/content>. Acesso em: 28 mar. 2025.

CARDOSO, Edgar Henemann. O papel do atirador designado policial nas atribuições da Polícia Militar. **REASE**, São Paulo, v.11, n.2, fev. 2025.

COTTA, Francis Albert. Protocolo de Intervenção Policial Especializada: uma experiência bem-sucedida da Polícia Militar de Minas Gerais na Gestão de Eventos de Defesa Social de Alto Risco. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 3, n. 2, p. 52–66, 2009. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/51>. Acesso em: 28 mar. 2025.

FREITAS, Marcelo Gomes de; COSTA, Vinicius Rodrigues da. A relação do BOPE com a Polícia Militar de Goiás. **Repositório de Segurança Pública do Estado de Goiás**, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/server/api/core/bitstreams/42e58d21-9174-4d7f-95ff-3e12010dcc1d/content>. Acesso em: 29 mar. 2025.

JUNIOR, Domício Proença; MUNIZ, Jaqueline. Operações Especiais Policiais e Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2. São Paulo/SP. 2017.

MENEZES, Rodrigo Antonio Freitas Santana de. **O emprego do *sniper* na transmissão de inteligência e segurança em operações policiais complexas**. 193f. 2020. Dissertação (Mestre em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade de Vila Velha, Vila Velha-ES, 2020.

MISSEL, Israel Magalhães; GOMES-JÚNIOR, Cláudio Antônio de Oliveira. Batalhão de Operações Especiais: historiografada do surgimento do BOPE. **Repositório de Segurança Pública do Estado de Goiás**, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/server/api/core/bitstreams/3524c68c-b45d-41e2-81d4-2d13bb8f4ac3/content>. Acesso em: 29 mar. 2025.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo: v. I, n. 3, 1996. Disponível em: https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 27 mar. 2025.

PINHEIRO, Carlos. Competência das Polícias no Gerenciamento de Crises. **Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública - Cegesep**, Goiânia, v. 1, n. 1, p.04-16, jan. 2017.

PMGO. **Procedimento Operacional Padrão**. 4ª Edição. Versão 2. Revisão Técnica 001. 2023. 2022. Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2021/05/POP-3a-edicao-revisto-e-ampliado.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PUGLIA, Anderson. Atirador designado policial e a escolha do melhor conjunto: arma, munição

e aparelho de pontaria. **RECIMA**, v.4, n.6, 2023..

SANTOS, Higor Campos dos. Gestão de crises e incidentes pelo BEPE em abordagens a torcidas organizadas. **Repositório de Segurança Pública do Estado de Goiás**, Goiânia, 2024.

Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/server/api/core/bitstreams/0a977fd0-9a7e-41ab-885c-4c3f4116e2fd/content>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SANTOS, Luana Vespucci Silva. Evolução histórica, na visão dos policiais militares, após a criação do Batalhão de Operações Especiais no Estado de Goiás. **Repositório de Segurança Pública do Estado de Goiás**, Goiânia, 2024.

SILVA, Marco Antônio da. **Gerenciamento de crises policiais**. 1 ed. Curitiba. Editora Intersaberes. 2016.

SILVA, Marcus Vinicius Barcelos; SILVY, Felipe. O atendimento de ocorrências envolvendo gerenciamento de crise no cotidiano das equipes de Rádio Patrulha na região do 16º BPM – Formosa. **Repositório de Segurança Pública do Estado de Goiás**, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/server/api/core/bitstreams/285851b5-5a38-4152-99de-4bded76af50e/content>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SOUSA, Mateus Milhomem de Sousa; GAMBOGI, Paula Oliveira Lacerda. A função do *sniper* e o decreto nº 5.642, de 19 de agosto de 2022. **Rota Jurídica**, v.1, 2019.

SILVA, Marco Antonio da. Alternativas táticas do processo de gerenciamento de crises policiais: uma nova perspectiva teórica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.10, n.4, p.1-29, 2024.

STAPASSOLI, Raphael Alves. O emprego do Atirador Designado Policial nas operações em controle de multidões na PMPR -conceitos e estudo de viabilidade. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 10, n. 9, p. 01-28, 2024.

TSCHUMI, Raphael; ZANATO, Felipe. Análise da alternativa tática: técnicas não letais no gerenciamento de crises. **RECIMA**, v.6, n.1, 2025.

TEIXEIRA-JÚNIOR, Lúcio Flávio. O plano de operação gerente da polícia militar do Distrito Federal e sua aplicabilidade em ocorrências policiais denominadas “domínio de cidades”. **Revista Ciência e Polícia**, Brasília-DF, v.8, n.1, jan/jun. 2022.

APÊNDICE 1 PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO

- 1) Qual sua idade?
- 2) Tempo de atuação?
- 3) Quanto a função de atirador de precisão, você acredita que isso influencia sua vida pessoal?
- 4) Como você lida entre salvar a vida de uns e ceifar a vida de outros?
- 5) Como você se sente após ter sido empregado em uma operação?
- 6) Como se sentiria cometendo um erro na execução da sua função?
- 7) Você segue alguma rotina para “voltar à calma” após ser empregado em uma operação?
- 8) Você faz alguma atividade como preparação para o exercício da função?
- 9) Você gostaria que as autoridades enxergassem a sua função?
- 10) Como você acredita que as autoridades enxergam a sua função?
- 11) Você gostaria que outros policiais enxergassem a sua função? E se possível gostariam de ser vistos como pessoas que potencializam a segurança nas operações?
- 12) Qual a importância do atirador de precisão nas operações policiais?
- 13) Como você se sente integrando uma unidade de operações especiais, como é o BOPE?